
Programa de Pós-Graduação em Educação

Universidade do Estado do Pará

Belém-Pará- Brasil



Revista Cocar. V.18 N.36 / 2023. p. 1-19

ISSN: 2237-0315

Um estudo teórico sobre a inclusão escolar de crianças com autismo a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural

A theoretical study on school inclusion of children with autism from the perspective of Historical-Cultural Psychology

Gilson Gomes Coelho

Lúisa Pereira Rocha

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Paranáíba-BR

Jhenifer Gomes Cavalcante

Faculdade Católica Dom Orione (FACDO)

Araguaína-BR

Resumo

Neste artigo apresenta-se a abordagem histórico-cultural de Vygotsky em suas contribuições para a inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Buscou-se analisar como a Psicologia histórico-cultural pode contribuir na compreensão do autismo, bem como apresentar como o processo de inclusão é construído, desvendar a atuação do psicólogo no ambiente escolar e apresentar os conceitos fundamentais da abordagem. Os dados da análise foram encontrados em pesquisas bibliográficas, nas plataformas digitais SciELO e Google Acadêmico. Foram selecionados 13 artigos, 1 tese e 1 dissertação com temáticas a respeito do autismo e de como se dá a inclusão escolar dessas crianças, entre os meses de setembro e novembro de 2021. Constatou-se que o tema não possui muitas discussões diretamente à área de psicologia e sim da área pedagógica. Conclui-se que a abordagem histórico-cultural possibilita métodos que favorecem a integração escolar e aprendizagem relevante para a criança autista.

Palavras-chave: Inclusão Escolar; Autismo; Educação.

Abstract

In this article, presented Vygotsky's historical-cultural approach in his contributions to the school inclusion of children with Autistic Spectrum Disorder (ASD). We sought to analyze how cultural-historical psychology can contribute to the understanding of autism, as well as to present how the inclusion process is constructed, to unveil the role of the psychologist in the school environment and to present the fundamental concepts of the approach. The analysis data were found in bibliographic research, on the digital platforms SciELO and Google Academic. Fifteen articles were selected with themes about autism and how the school inclusion of these children takes place, between the months of September and November 2021. It was contacted that the topic does not have many discussions directly in the area of psychology. It is concluded that the cultural-historical approach enables methods that favor school integration and relevant learning for the autistic child.

Keywords: school inclusion; autism; education.

1. Introdução

Também conhecido como transtorno do Espectro Autista (TEA), o autismo trata-se de um transtorno que engloba um conjunto de distúrbios do neurodesenvolvimento, os quais podem acontecer no nascimento ou na primeira infância. A etimologia da palavra “autismo” tem origem alemã “*AUTISMUS*” e origem grega do prefixo “*AUTO*” que se refere a si mesmo. Uma expressão bastante utilizada na psiquiatria para designar comportamentos humanos que se centralizam em si mesmos, voltados para o próprio indivíduo (SILVA, PERANZONI, 2012).

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM-V (APA, 2014), o autismo pode acarretar em déficits significativos na comunicação social. Alguns exemplos são as dificuldades encontradas na linguagem verbal ou não verbal e na equivalência socioemocional, com sintomas que simbolizam uma sequência única de prejuízos com intensidades que vão de leve à grave nos domínios de comunicação social e de comportamentos restritivos e repetitivos, em vez de constituir transtornos distintos, podendo ser diagnosticado somente quando os déficits característicos mencionados são percebidos.

O transtorno do espectro autista caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (DSM-V, 2014, p. 72).

O Transtorno do Espectro Autista, desde a década de 1940, vem sendo estudado de forma ampla, pois este é um campo que necessita uma investigação mais aprofundada. Nesse sentido, com o entusiasmo em inteirar-se a respeito do processo de aprendizagem dessas pessoas, no ano de 1943, o psiquiatra Leo Kanner descreveu o caso de 11 crianças no qual relatou serem portadoras de “um distúrbio inato do contato afetivo”, no mais, seriam crianças que nasceram sem seus interesses habituais entre outras pessoas e também no contato com o meio social. O médico descreveu minuciosamente os padrões de comportamento tidos como incomuns dessas crianças, chegando então à conclusão de que teriam uma certa resistência a mudanças, insistências pelas mesmas coisas e também

anormalidade na linguagem, nas quais essas crianças podiam não ser capazes de fornecer a entonação suficiente para o desenvolvimento de sua fala (AMBRÓS, 2016).

Segundo Orrú (2010), mesmo a ciência tendo trilhado um longo caminho para o entendimento sobre o que é o autismo, ainda carecem de pontos a serem fundamentados. Em suma, a autora destaca alguns pontos dos achados na literatura científica, tais como: o autismo se faz presente antes dos três anos de idade e deve ser considerado como uma síndrome comportamental que engloba comprometimento nas áreas relacionadas à comunicação, verbal ou não-verbal, na interpessoalidade, em ações simbólicas, no comportamento geral e no distúrbio do desenvolvimento neuropsicológico; é próprio da espécie humana, pode ocorrer em qualquer família de qualquer parte do mundo; pode vir associado a múltiplas etiologias, havendo inclusive, a participação de fatores genéticos e ambientais; ocorre, em média, a cada quatro indivíduos em dez mil nascimentos, sendo quatro vezes maior sua incidência no sexo masculino.

A perspectiva Histórico-Cultural de Vygotsky aqui utilizada informa que a história do desenvolvimento cultural de uma criança com comprometimento possibilita atender as suas limitações (MARTINS; PEREIRA, 2021). Esta também considera que as leis gerais do desenvolvimento devem ser iguais para todas as crianças e pontua a relevância das interações sociais para o desenvolvimento e aprendizagem (MONTEIRO; BRAGIN, 2016).

Partindo dessa perspectiva, o Art. 9º da política nacional de educação especial referente às políticas de inclusão, publicado em 30 de setembro de 2020, dispõe nos incisos I e III as ações necessárias para que o processo de inclusão aconteça:

Elaboração de estratégias de gestão dos sistemas de ensino para as escolas regulares inclusivas, as escolas especializadas e as escolas bilíngues de surdos, que contemplarão também a orientação sobre o papel da família, do educando, da escola, dos profissionais especializados e da comunidade, e normatização dos procedimentos de elaboração de material didático e especializado; III. Definição de critérios de identificação, acolhimento e acompanhamento dos educandos que não se beneficiam das escolas regulares inclusivas, de modo a proporcionar o atendimento educacional mais adequado, em ambiente o menos restritivo possível, com vistas à inclusão social, acadêmica, cultural e profissional, de forma equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida (BRASIL, 2020).

As diretrizes nacionais também apresentam uma organização dos sistemas de ensino para o atendimento aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, publicado em 2001:

Um estudo teórico sobre a inclusão escolar de crianças com autismo a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural

Estabelecer políticas efetivas e adequadas à implantação da educação especial; Orientar acerca de flexibilizações/adaptações dos currículos escolares; Orientar acerca da avaliação pedagógica e do fluxo escolar de alunos com necessidades educacionais especiais; Estabelecer ações conjuntas com as instituições de educação superior para a formação adequada de professores; Fazer cumprir o decreto federal nº 2.208/97, no tocante a educação profissional de alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2001).

Trevizan e Pessoa (2018) mencionam em seus estudos as Novas diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, onde o Art. 2º, no Inciso VII, evidencia a importância do “incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como pais e responsáveis” (TREVIZAN, PESSOA, 2018, 243). Assim, o documento atenta a respeito da responsabilidade do ensino superior nas normas de formação de profissionais que irão lidar com esse perfil de alunos e dá reconhecimento e assistência, tanto para ele como para seus pais.

Nesse âmbito, cumpre destacar que a defesa da educação inclusiva se dedica a buscar respeito às pessoas que vivem em condições de vida desiguais, na procura de uma vida mais digna para todos. Para Figueiredo (2010) a inclusão concerne à habilidade que a escola tem em oferecer soluções capazes de atender às diferenças de aprendizagem desses alunos, demandando que a escola se transforme em um espaço de troca para todos e favoreça o ato de ensinar e aprender.

Em casos de integração escolar, nem todos os alunos são pertencentes às turmas de ensino regular, visto que as crianças são julgadas antecipadamente como adequadas ou não à integração. Em casos como esses, o mais apropriado a se fazer seria singularizar o currículo escolar, definir os cursos e currículos apropriados, aplicar avaliações específicas e reduzir as metas pedagógicas para suprir as dificuldades de aprendizagem. Em suma, a escola como um todo não mudará, então os alunos, de acordo com essa perspectiva, devem ser modificados para se ajustar aos requisitos da escola. Em contrapartida, a inclusão escolar argumenta não apenas a respeito das políticas e da preparação da educação especial e da regular, como também a diferencia da integração: “Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar às salas de aula do ensino regular” (MANTOAN, 2003, p. 16).

Ainda de acordo com Mantoan (2003) a escola se reveste do formalismo racional, dividida em modalidade de ensino, modalidade de serviço, currículo e burocracia, sendo considerada pela autora uma violação de base em seu sistema organizacional. Em vista disso, a inclusão sugere uma solução para a escola fluir outra vez, estendendo sua ação formadora por todos os que a rodeiam. Para a autora, a inclusão implica uma mudança desse atual paradigma educacional, tratando-se das diferenças culturais e sociais, do formalismo e da burocracia, a fim de que se encaixe no mapa da educação escolar retratado pela autora.

Pelo olhar da Psicologia Histórico-Cultural traçada por Vygotsky, são os processos sociais que dão origem à evolução dos processos mentais, e isso só ocorre por meio da mediação. Vygotsky teve como finalidade em seus trabalhos estabelecer a psicologia e a pedagogia no campo teórico-epistemológico do marxismo. Para tal, tomou como modelo a representação da concepção do trabalho de Marx, que deu princípio ao conceito de mediação (MARTINS, MOSER, 2012). Para Vygotsky, a mediação é, em linhas gerais, o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento (OLIVEIRA, 2002).

Assim como o exposto, Vygotsky descreveu dois tipos de elementos mediadores: os instrumentos e os signos. Estes são construções sócio-históricas e culturais, resultadas do processo de internalização. Ou seja, para o autor, toda função no desenvolvimento acontece em dois planos, sendo o primeiro o plano social, pelo qual através da interação social a criança se desenvolverá cognitivamente, e depois o plano psicológico, em que a mente forma os conceitos pela mediação de signos e a linguagem passa a ser o método de significância que as pessoas têm para formar conceitos e aprender no contexto da interação social (PEREIRA, 2016). Neste sentido, para que o desenvolvimento e aprendizagem de crianças com autismo ocorra, é preciso que as mesmas estejam completamente incluídas nas salas de aula do ensino regular.

Vygotsky (2001) relata que a linguagem não é inata ao homem, embora seja exclusiva da espécie humana e protagonista do desenvolvimento humano. É por meio dela que os sujeitos se relacionam (NOVAES; FREITAS, 2018). Neste sentido, a criança internaliza a linguagem através do convívio com outras pessoas, tornando seu o instrumento da cultura na qual está inserida, e de maneira subjetiva apropria-se do que é coletivo. Levando em consideração o ponto de vista de Vygotsky em relação à linguagem, Orrú (2010), ao se referir

Um estudo teórico sobre a inclusão escolar de crianças com autismo a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural

ao desenvolvimento da linguagem, destaca que o ensino da criança com autismo no ambiente escolar é de caráter superficial. A autora reporta-se ao caso da criança com autismo que verbaliza, mencionando que, infelizmente, sua linguagem não é desenvolvida de forma adequada, em razão da ausência da inclusão dessa criança num ambiente natural em situações de interação social.

Por conseguinte, as palavras verbalizadas são representações do que foi ouvido, ocasionando a ecolalia, não sendo integralizada de significados que proporcionam a assimilação, a edificação e a apropriação do conhecimento. No caso de crianças autistas não-verbais, a situação pode afetar ainda mais seu processo de desenvolvimento, visto que devido à ausência da linguagem oral a criança poderá ficar ainda mais reclusa e limitada a um ambiente instável e discriminado em meio às suas necessidades.

Martins (2020) ao ser questionada em uma entrevista a respeito de como seria uma inclusão de qualidade àquelas crianças que apresentam os graus mais severos do TEA, ou seja, crianças autistas não-verbais, discorre que uma inclusão funcional depende, principalmente, do cumprimento efetivo das políticas que regem este processo, de forma que a atenção ao sujeito autista seja priorizada nos vários segmentos: acessibilidade; capacitação dos profissionais que atendem essa clientela; adequação de recursos que auxiliem no aprendizado da criança, sejam humanos ou físicos, como a quantidade reduzida de alunos na sala, adaptação de métodos e materiais de ensino, privilegiando a necessidade de cada aluno com TEA e, se necessário, um profissional responsável que tenha como função auxiliar o processo de aprendizagem e de desenvolvimento em sala de aula.

Diante disso, sendo a linguagem o recurso base para a promoção do desenvolvimento integral dessas crianças, convém aos educandos produzir recursos que sejam conciliados à subjetividade de cada uma delas, estimulando-as por intermédio de técnicas lúdicas, as quais seriam um sistema de signos ou símbolos adaptados às suas singularidades.

Na criança normal, o processo de brincar ocorre de forma natural, em que adultos e parceiros interagem com ela, que logo aprende a agir com objetos de forma lúdica e a compartilhar a atividade. Já nas crianças autistas, esse processo não é tão simples, pode ser longo e trazer grandes frustrações a pais, familiares e educadores, que acabam desacreditando da viabilidade e importância dessa área tão propícia para o desenvolvimento (MARTINS; GÓES, 2013, p. 26).

Desse modo, a rotina inclusiva consegue proporcionar a evolução e o desenvolvimento da linguagem alternativa a alunos com aspectos variados, levando a uma forma na qual esses possam interagir com outras pessoas.

Ao corroborar com a relevância da inclusão escolar para o desenvolvimento de crianças com autismo, o presente estudo compreende o papel fundamental da linguagem na constituição dessas crianças e busca organizar e sistematizar os materiais encontrados a fim de propiciar o estudo dos que se interessam pelo tema. Para isso, objetivou-se constatar na literatura recente, estudos que apresentem como esses processos ocorrem, com base nos pressupostos da abordagem histórico-cultural.

2. Metodologia

Buscou-se a revisão integrativa como metodologia deste trabalho devido ao intuito de cumprir com os objetivos de analisar a contribuição da Psicologia Histórico-cultural na compreensão do autismo, apresentar a construção do processo de inclusão, desvendar a atuação do psicólogo nas escolas e apresentar os conceitos básicos da abordagem. Este tipo de revisão tem como principal finalidade o conhecimento atual sobre uma temática específica, já que é conduzida de modo a identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos independentes sobre o mesmo assunto (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). Neste sentido, o estudo foi organizado a partir das seguintes ações: designação dos autores e parâmetros de inclusão ou exclusão, seleção dos textos analisados, interpretação das discussões e das reflexões obtidas.

Desta forma, a amostra da pesquisa, foi produzida a partir das seguintes etapas: escolha dos descritores, caracterização da amostra, a partir dos critérios de inclusão e exclusão, leitura e análise atenta dos estudos selecionados. A seleção do material, foi feita de forma on-line, nas bases de dados Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) e Google Acadêmico, entre os meses de setembro a dezembro de 2021. Os descritores utilizados foram, inclusão escolar, autismo e psicologia histórico-cultural.

Os dois primeiros meses, foram destinados a realização de uma primeira busca e, o último a uma última busca, necessária para assegurar a inclusão de novos estudos não contemplados na primeira e evitar a probabilidade de esquecer ou de incluir de alguma contribuição teórica importante mais recente e não encontrada durante a primeira busca. Com isso foram encontrados 42 trabalhos nas plataformas consultadas. Desses, a partir da

Um estudo teórico sobre a inclusão escolar de crianças com autismo a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural
filtragem mediante os critérios de inclusão e exclusão supracitados, foram escolhidos 15 materiais.

Assim, foram selecionados 13 artigos, 01 dissertação e 01 tese, que contribuíram para as discussões do mesmo. Os critérios para a seleção dos artigos foram embasados em: o estudo ter sido publicado entre os anos de 2000 a 2021 e estar na língua portuguesa. Na seleção, foram excluídos artigos que não apresentavam conteúdos relacionados à temática e aos objetivos da pesquisa. Posteriormente, foi efetuada a leitura e avaliação da qualidade metodológica dos materiais, para que em seguida fosse feita a seleção final.

3. Resultados e Discussões

A revisão de literatura possibilitou a seleção de estudos, tais quais artigos científicos, dissertação e tese, que trazem como tema argumentos e reflexões a respeito da inclusão escolar de crianças autistas a partir dos pressupostos da abordagem histórico-cultural e a contribuição desta base teórica para a formação e atuação de psicólogos e professores no que tange à prática profissional com crianças com esta deficiência. A tabela a seguir exhibe os materiais teóricos que subsidiaram a confecção da presente pesquisa. A mesma é composta pelos nomes dos autores, título, ano e periódicos em que os trabalhos foram publicados.

Tabela 1: Tabela referente aos estudos analisados

Autores	Ano	Título	Periódicos
BARROCO, S. SOUZA, M.	2012	Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a formação e atuação do psicólogo em contexto de educação inclusiva.	Psicologia USP
LEVYA- NÁPOLES, R. ORRÚ, S. E.	2016	Experiências de comunicação alternativa: alunos com autismo.	Journal of Research in Special Educational Needs
LIMA, S. CASTRO, S. ROSSETTO, E.	2019	As contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para o processo de inclusão escolar.	Atena Editora
MARTINS, A.	2020	As contribuições da teoria Histórico-Cultural para o atendimento educacional de crianças com Transtorno do Espectro Autismo (TEA).	Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal
MARTINS, I. PEREIRA, G.	2019	O ensino de ciências para crianças com transtorno do espectro autista sob a perspectiva Histórico-Cultural.	Revista Ciências & Ideias

Autores	Ano	Título	Periódicos
MARTINS, GOÉS, MC	A. 2011	Um estudo sobre o brincar de crianças autistas na perspectiva Histórico-Cultural.	Psicologia Escolar e Educacional
MATTOS, NUERNBERG, A.	2011	Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnóstico de autismo na educação infantil.	Revista Educação Especial
MONTEIRO, M. I. BRAGIN, J.M	2016	Práticas pedagógicas com autistas: ampliando possibilidades.	Journal of Research in Special Educational Needs
NOVAES, FREITAS, A.	D. 2019	Sentidos construídos na dinâmica entre aluno com transtorno do espectro autista sob a perspectiva Histórico-Cultural.	Revista Educação Especial
ORRÚ, S. E.	2010	Contribuições da abordagem histórico-cultural na educação de alunos autistas.	Humanidades Médicas
PEREIRA, E.	2016	Os processos formativos do professor de alunos com Transtorno do Espectro Autista: contribuições da Teoria Histórico-Cultural.	USP
RODRIGUES, M.	2019	Mediação psicopedagógica na aprendizagem da criança com autismo desde a perspectiva Histórico-Cultural.	UCB
SÁ, M. SIQUARA, Z. CHICON, J. F.	2015	Representação simbólica e linguagem de uma criança com autismo no ato de brincar.	Revista Brasileira de Ciências do Esporte
SILVA, M. SILVA, D.	2017	O jogo de papéis e a criança com autismo na perspectiva Histórico-Cultural.	Psicologia em Estudo
TREVIZAN, PESSOA, A. S	Z. 2018	Psiquismo, linguagem e autismo: contribuições da semiótica nos contextos educativos	Educar em Revista

Fonte: Elaborada pelos autores

A seleção dos materiais permitiu a construção dos tópicos do presente estudo, sendo eles: “A educação inclusiva a partir dos referenciais da Psicologia Histórico-Cultural com enfoque para a atuação do psicólogo no campo escolar” e “Contribuições da psicologia histórico-cultural e do método materialista histórico-dialético para o processo de inclusão escolar”.

Para o desenvolvimento do primeiro tópico, utilizou-se os estudos de Barroco e Souza (2012), Levy-Nápoles e Orrú (2016), Monteiro e Bragin (2016), Orrú (2010), Rodrigues

Um estudo teórico sobre a inclusão escolar de crianças com autismo a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural (2019) e Sá *et al.* (2015). Como contribuição à abordagem de aspectos como a prática e formação do psicólogo escolar e educacional em contexto de educação inclusiva e a historicidade deste processo a partir da perspectiva histórico-cultural, Barroco e Souza (2012) e Orrú (2010) ressaltaram a dialética entre inclusão e exclusão vivida por alunos autistas. Além do olhar teórico capaz de nos fazer compreender os aspectos citados anteriormente, Monteiro e Bragin (2016), Levya-Nápoles e Orrú (2016) e Sá *et al.* (2015) possibilitaram-nos o conhecimento sobre as possibilidades de desenvolvimento de habilidades de alunos autistas a partir de práticas lúdicas e pedagógicas e comunicações alternativas.

O segundo tópico dedicou-se às contribuições do Materialismo Histórico-dialético estudado pela perspectiva histórico-cultural para o processo de inclusão de crianças autistas no âmbito escolar, discutidos por Lima *et al.* (2019) e Orrú (2010). Estes autores defendem a inclusão de autistas no ensino regular, bem como apresentam a possibilidade de resignificação de deficiência e deste ser abarcado por ela. Além disso, ressaltam a linguagem como fator imprescindível para o desenvolvimento humano, sendo ela necessária para que o processo de inclusão ocorra de fato e que, a partir de práticas pedagógicas direcionadas à compreensão do modo de pensar, os professores possam entender a maneira de se comunicar da criança autista, defendendo uma prática educacional que:

[...] não se reduza ao treinamento de habilidades de comunicação, mas sim que esteja aberta à sua constituição enquanto sujeito, a partir do desenvolvimento da linguagem, da interação social e de sua contextualização histórica (ORRÚ, 2010, p. 8).

3.1 A educação inclusiva a partir dos referenciais da Psicologia Histórico-Cultural com enfoque para a atuação do psicólogo no campo escolar

O aprendizado da criança autista não pode continuar ocorrendo a partir da concepção de que esses sujeitos são destituídos de qualquer conhecimento ou experiência, mas enfatizando o que já vivenciaram e os sentidos produzidos a partir desse conhecimento, mesmo que não seja coerente com o que é esperado, só buscando compreender essas crianças e organizando o processo de aprendizado a partir dessa interação é possível pensar numa relação em que os sentidos sejam produzidos e significados (MARTINS; MONTEIRO, 2017, p. 223).

Conforme Barroco e Souza (2012) o percurso da educação brasileira e da história da atuação da Psicologia têm de proporcionar recursos para seguirmos a direção do êxito

escolar. Ainda mencionado pelas autoras, estes, em pleno século XXI, ainda estão distantes de ser realidade para todos.

Os dados históricos a respeito do início da escolarização de alunos com autismo revelam a escassez de referências, uma vez que a priori eram diagnosticados como pessoas com deficiência mental, devido o diagnóstico do autismo ser ainda recente. Este fator revela, a princípio, o predomínio de uma educação que não atendia às especificidades dos alunos com autismo (MONTEIRO; BRAGIN, 2016). Partindo desse viés, a abordagem Histórico-Cultural apresenta possibilidades de mudanças na forma de olhar e pensar a educação destes alunos.

No contexto atual, as tendências ao êxito escolar carecem de ser compostas por políticas públicas que dediquem investimentos na estrutura da funcionalidade do Sistema Nacional de Ensino, pois, de acordo com Barroco e Souza (2012) o Sistema Nacional de Ensino necessita de planos de carreira do magistério que garantam dignidade aos profissionais, sobretudo com uma sólida formação de professores e de demais profissionais que nele atuam.

No que diz respeito à atuação do psicólogo escolar/educacional, ao voltarem-se ao campo da educação, é possível que estes profissionais atendam diretamente aos professores, alunos, famílias, equipes pedagógicas e direção, bem como auxiliem em planejamentos e coordenações de propostas pedagógicas e projetos educacionais (BARROCO; SOUZA, 2012). Neste sentido, a respeito do trabalho desses profissionais, tem-se como exemplo a promoção de formação continuada em conjunto com os professores, a fim de que sejam capazes de reconhecer fundamentalmente os traços e as particularidades da criança com autismo perante o crescimento de casos, e sobretudo, a relevância do diagnóstico. Para isso, é dever do psicólogo escolar contribuir para a inclusão efetiva no ambiente escolar, a partir do cumprimento das seguintes ações: preparação da equipe pedagógica, realização de atividades em conjunto com a família da criança e designar acompanhamentos.

Para Vygotsky, a aprendizagem promove o desenvolvimento, o qual é impulsionado pelos processos psicológicos tipicamente humanos, compostos tanto pelas funções elementares de base biológica, quanto pelo processo de mediação responsável por formar as funções superiores. Em seu estudo, Rodrigues (2019) aponta que existem diversos trabalhos científicos focados nos prejuízos do desenvolvimento da linguagem da pessoa com autismo

Um estudo teórico sobre a inclusão escolar de crianças com autismo a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural
e menciona Bosa (2009), Lampreia e Lima (2015) e Lampreia (2013) como os literatos destes estudos, nos quais se retratam a respeito dos fundamentos teóricos contribuintes para o diagnóstico do TEA. Neste sentido, pesquisas baseadas no desenvolvimento humano demonstram que crianças com autismo apresentam, desde a primeira infância, uma falha específica responsável por dificultar a compreensão das relações sociais. Ainda afirmam que os distúrbios apresentados na área da linguagem correspondem ao efeito secundário dessa falha (RODRIGUES, 2019).

Eventualmente, pôde-se verificar através da literatura especializada que autistas não possuem maior dificuldade na fala, mas sim no processo de comunicação com o outro, sobretudo, em apresentar sentido à palavra expressada. O fato do significado da palavra ser o responsável por garantir funcionalidade à linguagem e, conseqüentemente, favorecer a comunicação, revela a necessidade de encontrar instrumentos capazes de mediar os significados da palavra e desenvolver funções próprias do desenvolvimento humano necessários para essa significação para que haja a compreensão da linguagem pelas pessoas com autismo (RODRIGUES, 2019). Neste sentido, de acordo com Levy-Nápoles e Orrú (2016) é possível notar as experiências mediadas e vivenciadas nas relações sociais, em conjunto com as funções da linguagem, que possibilitam a produção de sentidos. Portanto, qualquer ação mediadora deve estar repleta de significado entre o professor e seu aluno.

Barroco e Souza (2012) afirmam que:

A defesa da sociedade e da educação inclusiva concentra-se no respeito às diferenças que a raça, o nível socioeconômico, o credo religioso, a orientação sexual, a idade, a deficiência ou às necessidades educacionais especiais suscitam na busca de uma vida mais digna para todos (BARROCO; SOUZA, 2012, p. 117).

Dessa forma, acredita-se que as concepções da inclusão acabam por tornarem-se inacessíveis no que se refere ao respeito e metas a serem alcançadas, assim, fugindo da modificação na base estrutural da sociedade. À vista disso, como aponta Barroco e Souza (2012) o preconceito, o estigma e a prática de exclusão, não surgem nas mentes das pessoas apenas por elas se encontrarem com um entendimento incorreto da vida e dos homens, ou por quererem cultivá-las. Primeiramente, o que se é encontrado na mente também está no exterior dela, isto é, antes de serem internalizados, esses conteúdos estão manifestos no meio social.

Essa compreensão a partir da história da educação e da psicologia indica uma forma diferente de compreender cada período e época a partir de um tipo específico de educação, intervenção, homem, e também valores. Para isso, o psicólogo, em sua prática profissional, deve perceber de maneira geral a constituição do psiquismo humano e de forma individual a do homem com ou sem deficiência, visto que se dá em estreita relação com o contexto sócio-histórico ao qual pertence. Cabe-lhe considerar que a biografia do homem particular, com quem ele se vê, às voltas, carrega as marcas do seu tempo, e por isso, deve buscar apreensão da vida humana sob formas que explicitem e expliquem as suas múltiplas determinações (BARROCO; SOUZA, 2012).

Na visão da psicologia histórico-cultural traçada por Vygotsky, faz-se um olhar mais atento ao processo de inclusão e aprendizagem dessas crianças. Nesta perspectiva, as relações sociais, compostas principalmente pelos professores e demais alunos, bem como as históricas, são propícias para o desenvolvimento da criança. Contudo, não se descarta uma abordagem pedagógica conhecedora, no qual o professor entenda as individualidades de seu aluno. No mais, a inserção de crianças com TEA nas turmas de ensino regular é primordial. Neste caso, é necessário que a equipe escolar disponha de práticas pedagógicas adequadas para receber seus alunos, descartando dificuldades atitudinais e curriculares que possa vir a impossibilitar o desenvolvimento da criança.

Em sua atuação, o professor deve observar o que seu aluno consegue fazer sozinho, focando naquilo que a criança poderá fazer mais adiante, promovendo desafios e estratégias que potencializem seu desenvolvimento, pois, somente após identificar o que seu aluno consegue fazer sem sua ajuda, é que poderá organizar situações de ensino e avaliar o progresso do mesmo (SÁ; SIQUARA; CHICON, 2015). O professor cumpre o papel de mediador desse processo com favorecimento da inter-relação (encontro/confronto) entre o sujeito, sendo o aluno e o objeto de seu conhecimento considerado o conteúdo escolar (ORRÚ, 2010). No seguimento de mediação, a aprendizagem do aluno na qualidade de sujeito ativo histórico e social é significativa na constituição do seu conhecimento.

Por conseguinte, a escola é um dos espaços mais propícios para o desenvolvimento das crianças, seja pela chance de haver momentos de convivência com seus pares de idade e demais alunos, quanto pela importância do papel do professor, o que se torna uma mediação capaz de proporcionar a aquisição de diferentes habilidades para os alunos, uma vez que este

Um estudo teórico sobre a inclusão escolar de crianças com autismo a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural
é um ambiente possibilitador de contato social, o que colabora fortemente para o desenvolvimento da criança com autismo.

3.2 Contribuições da psicologia histórico-cultural e do método materialista histórico-dialético para o processo de inclusão escolar.

O Materialismo Histórico-dialético apresenta-se como um instrumento para o conhecimento de uma determinada realidade, e é pelo movimento do pensamento, constituído pela materialidade e pela consciência histórica do ser humano, que esse método percebe as leis fundamentais que determinam como se organizam os homens durante a história da humanidade (LIMA; CASTRO; ROSSETTO, 2019).

É de conhecimento contemporâneo que mesmo a inclusão escolar sendo um assunto bastante debatido, principalmente pela sociedade, revela-se como um processo histórico, no qual ainda há o predomínio de hábitos e práticas discriminatórias. Neste sentido, Orrú (2010) salienta que, para uma melhor abordagem e inclusão educacional, é necessário que o professor não se limite ao treinamento de habilidades de comunicação para com estes alunos, mas amplie constantemente as possibilidades de constituição de seu aluno como um sujeito social, para que assim conceba uma abordagem que também leve em consideração a história e a cultura como pontos fundamentais na formação do sujeito.

A inclusão escolar de alunos com deficiência tornou-se, desde então, uma preocupação constante de governos, universidades e professores, alcançando respaldo jurídico e grande mobilização da sociedade em prol dessa causa, sem que alterasse a base produtiva capitalista, ontologicamente excludente. Deste modo, a problemática aqui apresentada convém da visão que o ambiente escolar concentrado na sociedade capitalista é prejudicado com o intermédio do capitalismo, todavia sendo até então o espaço mais adequado e benéfico para a aprendizagem dessas crianças, pois, ainda de acordo com Lima, Castro e Rossetto (2019) é na escola que diferentes culturas se encontram, interagem e transmitem, por meio da prática social, esses diferentes valores.

Dessarte, levando em consideração o Materialismo Histórico-dialético, o teórico Vygotsky sugeriu uma nova maneira de refletir a respeito do ser humano e de suas inúmeras interações. Nesta perspectiva, Vygotsky desenvolveu uma psicologia a partir da visão marxista.

Seria uma visão em que as ideias pudessem ser discutidas por natureza social, a partir da objetividade, das possibilidades e dos limites que impõe a realidade material.

Dessa forma, um novo homem é almejado juntamente com uma nova realidade social (LIMA; CASTRO; ROSSETTO, 2019, p. 08).

Os autores argumentam que ao considerarmos que o ser humano resulta da cultura historicamente produzida pela humanidade, faz total sentido o pensamento de Vygotsky, o qual diz que a partir da conduta coletiva de colaboração da criança com as pessoas que a rodeiam e de sua experiência social, constitui sua subjetividade. Nas palavras de Vygotsky (1989, p. 149) “ao penetrar na cultura, a criança não só toma algo da cultura, assimila algo, como também a própria cultura reelabora toda a conduta natural da criança e refaz de uma nova forma o curso de seu desenvolvimento”.

Nesta perspectiva, a construção de sua teoria perante influência do Materialismo Histórico-dialético traz como modo de pensar e explicar os processos psíquicos do desenvolvimento humano. O processo de mediação ocorre nessas relações, com a natureza, por meio do uso de instrumentos físicos e psicológicos, promovendo o desenvolvimento das funções psicológicas superiores e seu domínio (LIMA, CASTRO; ROSSETTO, 2019).

4. Considerações finais

Neste estudo, objetivou-se investigar como a perspectiva histórico-cultural compreende o autismo e a maneira em que o processo de inclusão vem sendo construído, abarcando também a sua historicidade. Além disso, buscou-se o estudo e compreensão da atuação dos psicólogos no ambiente escolar no contexto de inclusão a partir da revisão de literatura realizada.

Na literatura especializada sobre o assunto, foram encontrados os inúmeros desafios enfrentados por crianças com autismo, principalmente no âmbito escolar. Assim, a Psicologia Escolar tem grande importância em debates acerca da temática, abrangendo também pautas a respeito da reflexão sobre o papel dos modos de inclusão escolar destas crianças e sua importância no processo de desenvolvimento infantil.

Partindo desse referencial teórico, fica explícita a existência de uma intencionalidade na exclusão por parte das escolas com crianças autistas, que por muitas vezes rejeitam matriculá-las, alegando não ter uma equipe preparada para receber e educar esses alunos. Neste sentido, a pauta a respeito dos direitos dessas crianças vem sendo discutida com frequência na contemporaneidade, no que tange à tentativa de contribuir para que a sociedade entenda a importância da luta pelos direitos de crianças autistas, bem como a

Um estudo teórico sobre a inclusão escolar de crianças com autismo a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural

necessidade da prática da inclusão no ambiente escolar, o que significa ser imprescindível que os profissionais contribuam para o desenvolvimento das habilidades, potencialidades e aprendizagem destes alunos, sendo estes fatores os maiores instrumentos mediadores do seu desenvolvimento.

Aqui, cabe afirmar a abordagem histórico-cultural como uma ponte de apoio e de novas possibilidades no que se refere à inclusão escolar de crianças com autismo, trazendo caminhos para que a inclusão seja de fato colocada em prática, abrangendo viabilidade não somente para escolas de ensino especial, mas também para escolas de ensino regular.

Nas escolas, segundo a teoria histórico-cultural, os auxiliares funcionam no processo de ensino e aprendizagem, como verdadeiros mediadores, fundamentais para que essas crianças consigam ter acesso e interagir com os objetos e sistemas simbólicos disponíveis no contexto cultural e social. Devido a isso, contribuem também para a reconstituição e melhora da vivência emocional de seus alunos.

A partir dos achados, também se evidenciou a necessidade de investigar de forma mais ampla os conceitos basais da teoria, como: o processo de internalização, de mediação e zona de desenvolvimento proximal, para que seja possível entender como funcionam os processos internos de desenvolvimento da criança. Ficaram em evidência também algumas limitações em relação à teoria, pois, essa pesquisa não explorou a literatura internacional e existe uma escassez nos campos de estudos relacionados à psicologia, compreendendo que há mais estudos relacionados às práticas pedagógicas.

Referências

AMBRÓS, T. **A musicalização como dispositivo de intervenção precoce junto aos bebês com risco psíquicos e seus familiares.** 2016 166 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5.** Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARROCO, Sonia Mari Shima; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. **Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a formação e atuação do psicólogo em contexto de Educação Inclusiva.** Psicologia USP, v. 23, p. 111-132, 2012.

BOSA, Cleonice Alves. **Autismo: intervenções psicoeducacionais.** Brazilian Journal of Psychiatry, v. 28, p. 547-553, 2006.

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. **Institui a política nacional de educação especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida.** Brasília, DF, 30 set. 2020.

Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em: 12 nov. 2021

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Atribuições profissionais do psicólogo no Brasil**. 1992.

DAZZANI, Maria Virgínia Machado. **A psicologia escolar e a educação inclusiva: Uma leitura crítica**. Psicologia: ciência e profissão, v. 30, p. 362-375, 2010.

DA SILVA MARTINS, Ingrid; PEREIRA, Grazielle Rodrigues. **O ensino de ciências para crianças com transtorno do espectro autista sob a perspectiva histórico-cultural**. Revista Ciências & Ideias, ISSN: 2176-1477, v. 12, n. 1, p. 19-34, 2021.

DE MATTOS, Laura Kemp; NUERNBERG, Adriano Henrique. **Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnósticos de autismo na Educação Infantil**. Revista Educação Especial, p. 129-141, 2011.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **Incluir não é inserir, mas interagir e contribuir**. Inclusão: R. Educ. esp., Brasília, v.5, n.2, p. 32-38, jul./dez. 2010

LAMPREIA, Carolina. **Autismo: ESAT e vídeo para rastreamento precoce**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2013.

LAMPREIA, Carolina; LIMA, Mariana Machado Rocha. **Instrumento de vigilância precoce do autismo: manual e vídeo**. 4. ed. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2015.

LEONTIEV, Alexei Nikolaevich. **Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar**. São Paulo, 2014.

LEYVA-NÁPOLES, Ricardo A.; ORRÚ, Sílvia E. **Experiências de comunicação alternativa: alunos com autismo**. Journal of Research in Special Educational Needs, v. 16, p. 502-505, 2016.

LIMA, DE. CASTRO, S. ROSSETTO, E. **As contribuições da psicologia Histórico-Cultural para o processo de inclusão escolar**. Atena Editora, ISBN 978-65-86002-17-1, 2020. Ponta Grossa, PR.

MARTINS, Alessandra Dilair Formagio; ABREU, Fabrício Santos Dias de; RIBAS, Luana de Melo. **As contribuições da Teoria Histórico-Cultural para o atendimento educacional de crianças com Transtorno do Espectro Autismo (TEA)**. Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal, v. 7, n. 2, p. 139-143, 2020.

MARTINS, Alessandra Dilair Formagio; GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Um estudo sobre o brincar de crianças autistas na perspectiva histórico-cultural**. Psicologia Escolar e Educacional, v. 17, p. 25-34, 2013.

MARTINS, Onilza Borges; MOSER, Alvino. **Conceito de mediação em Vygotsky, Leontiev e Wertsch**. Revista Intersaberes, v. 7, n. 13, p. 8-28, 2012.

Um estudo teórico sobre a inclusão escolar de crianças com autismo a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** Cip Brasil, Sindicato Nacional dos editores de livro, RJ; 2003.

MONTEIRO, Maria Inês Bacellar; BRAGIN, Josiane Maria Bonatto. **Práticas pedagógicas com autistas: ampliando possibilidades.** Journal of Research in Special Educational Needs, v. 16, p. 884-888, 2016.

MOMBERGER, Moana Meinhardt. **Inclusão no ensino superior: itinerários de vidas de acadêmicos com necessidades educacionais especiais.** 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

NOVAES, Daniel; DE FREITAS, Ana Paula. **Sentidos construídos na dinâmica dialógica entre um aluno com transtorno do espectro autista e seu professor.** Revista Educação Especial, v. 32, n. 65, p. 1-16, 2019.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico.** 4. ed. São Paulo: Scipione, 2002.

ORRÚ, Ester Sílvia. **Contribuições da abordagem Histórico-cultural na educação de alunos autistas.** Humanidades Médicas, v. 10, n. 3, p. 1-11, 2010.

PEREIRA, Eliane Candida. **Os processos formativos do professor de alunos com transtorno do espectro autista: contribuições da teoria histórico-cultural.** 2016. 191 f. Tese (Doutorado em Psicologia e Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2016.

RODRIGUES, Maria de Lourdes Dias *et al.* **Mediação psicopedagógica na aprendizagem da criança com autismo desde a perspectiva histórico-cultural.** 2019. 136 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Católica de Brasília, 2019. (COMPLETAR REFERÊNCIA)

SÁ, Maria das Graças Carvalho Silva de; SIQUARA, Zelinda Orlandi; CHICON, José Francisco. **Representação simbólica e linguagem de uma criança com autismo no ato de brincar.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 37, p. 355-361, 2015.

SILVA, Daiana Guarda da; PERANZONI, Vaneza Cauduro. **Educação inclusiva: aspectos legais, estruturais e atitudinais.** EFDesportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 17, N° 171, agosto de 2012.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. **Revisão integrativa: o que é e como fazer.** Einstein (São Paulo), v. 8, p. 102-106, 2010.

TREVIZAN, Zizi; PESSOA, Alex Sandro Gomes. **Psiquismo, linguagem e autismo: contribuições da semiótica nos contextos educativos.** Educar em Revista, v. 34, p. 241-258, 2018.

VIGOTSKY, Lev Semenovitch. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo, 2001.

Sobre os autores

Gilson Gomes Coelho

Doutor em Psicologia, com ênfase em Psicologia e Sociedade, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - Assis). Professor Adjunto do curso de Psicologia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS-Paranaíba). E-mail: gilsonpsico@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0110-4456>.

Jhenifer Gomes Cavalcante

Psicóloga pela Faculdade Católica Dom Orione (FACDO/Araguaína-TO). E-mail: jhenifercavalcante.psi@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3359-2052>

Luisa Pereira Rocha

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/Paranaíba-MS). E-mail: luap.rocha@outlook.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2322-9145>.

Recebido em: 13/12/2021

Aceito para publicação em: 31/05/2023